

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 683/XII/2.^a

RECOMENDA AO GOVERNO QUE O TURISMO CULTURAL SEJA CONSIDERADO COMO UM DOS PRODUTOS ESTRATÉGICOS A INCLUIR NO PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DO TURISMO (PENT)

Desde a publicação do primeiro Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT) que o património cultural, material e imaterial, faz parte da estratégia nacional de promoção do turismo por parte do Instituto de Turismo de Portugal, I.P. É um conceito onde se incluem monumentos históricos e religiosos, bem como museus, auditórios, teatros, cultura tradicional e folclore (naquilo a que o PENT 2007 denominou conteúdos tradicionais portugueses).

Esta conceção corresponde às políticas internacionais patrocinadas pela UNESCO, tanto pela «Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural», como a «Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore» ou ainda a «Carta Internacional sobre o Turismo Cultural» do ICOMOS. Convenções das quais Portugal é signatário.

É neste enquadramento que se devem desenvolver as políticas públicas do Estado Português no que respeita a Cultura, Património e Turismo. O turismo cultural assenta num património público cuja conservação, análise e exposição depende de políticas públicas e exige medidas consequentes que garantam a conservação, manutenção, análise e investigação histórica desse património, com equipas formadas e qualificadas que garantem a sua permanente requalificação, mantendo um interesse turístico que não se esgota à primeira visita.

Existe em Portugal uma presença forte do património ligado à fé, que representa 75% do património material e imaterial português e que se sustenta nas igrejas, catedrais, judiarias, música sacra e profana criada em torno de estruturas religiosas, nos arquivos eclesiásticos, nos museus e na pesquisa do património sacro. Essa forte presença tem justificado a inclusão nas estratégias para o turismo do Turismo Cultural e Religioso.

Nos últimos tempos, ganhou espaço no debate público a necessidade de apostar mais no Turismo Religioso. Esse debate e essa aposta não podem ser feitos sem atentar às condições do património cultural e, especialmente, do património ligado à fé. Nesse sentido, é impossível ignorar que o cenário atual do património cultural religioso é muito negativo e necessita de respostas urgentes. A leitura das inspeções dos serviços públicos aos monumentos históricos portugueses revela um panorama de absoluta urgência em boa parte do património. Apenas para a conservação e medidas de requalificação urgentes, o Mosteiro dos Jerónimos exige 560 mil euros de investimento, o Mosteiro de Alcobaça necessita €1.340.000 euros, e a Sé de Évora mais €1.390.000.

Igualmente preocupante é a relação estabelecida entre a enorme afluência de público e as consequências que a ausência de qualquer controlo ou restrição no acesso turístico aos monumentos tem para o seu estado de conservação. Não é possível estruturar qualquer plano para o Turismo Cultural, incluindo o Turismo Religioso, sem desenvolver reformas importantes, aliás exigidas pelas instituições públicas de gestão do património, tal como o IGESPAR.

Uma política ativa para o património cultural é essencial para enfrentar os dois grandes problemas da oferta de Turismo em Portugal, a sustentabilidade e sazonalidade. Problemas corretamente identificados desde o primeiro PENT que nunca foram verdadeiramente combatidos com políticas ativas de valorização do património cultural. Museus, teatros, igrejas, monumentos históricos e religiosos são os elementos fulcrais para garantir um turismo de visita múltipla, desde que tenham instrumentos de pesquisa e inovação da oferta, garantindo que se tornam um espaço vivo e de interesse sempre renovado. Para isso são necessárias políticas transversais que garantam uma oferta cultural permanente e ao longo do ano.

A análise da atividade económica regional do Turismo que o governo introduziu na sua revisão do PENT é aliás reveladora deste problema. Com efeito, o património cultural

nunca apresenta o peso económico que o seu potencial levaria a suportar. Tal deve-se a políticas públicas que não garantem a inovação da oferta cultural que torne Portugal um destino de qualidade em qualquer altura do ano.

Com este projeto de resolução, o Bloco de Esquerda afirma a necessidade de políticas públicas consequentes com os compromissos do Estado Português, no que respeita ao Turismo Cultural e ao Património Material e Imaterial, e que combatam a excessiva sazonalidade e promovam sustentabilidade da oferta turística de Portugal.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. No âmbito da Carta Internacional do Turismo Cultural, o Governo inclua o ICOMOS e o Conselho Nacional de Cultura como parceiros consultivos na definição das políticas públicas de turismo;
2. Em parceria com o ICOMOS e o CNC, proceda à análise e desenvolvimento de um plano estratégico de recuperação do património cultural bem como ao desenvolvimento de novas políticas de gestão e acesso turístico aos monumentos históricos;
3. O Turismo Cultural seja considerado como um dos produtos estratégicos a incluir no Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), no âmbito da atual revisão do plano de desenvolvimento do turismo no horizonte de 2015.

Assembleia da República, 12 de abril de 2013.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,